

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 30 No. 2 2017

ESPECIAL: CRÍTICA FEMINISTA E ARQUEOLOGIA

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ ARQUEOLOGIA E CRÍTICA FEMINISTA NO BRASIL - UMA APRESENTAÇÃO

Loredana Ribeiro¹

Equidade e bem viver não existem no vocabulário do conservadorismo reinante na atual crise política brasileira. Em nome de deus e do capital, as teorias de gênero, que há tempos denunciam o conteúdo ideológico do heterossexismo, são apresentadas como ideologia de gênero e freneticamente combatidas a expensas da educação, da cultura, da arte, da dignidade e dos direitos humanos. O Plano Nacional de Educação não tem mais o combate à discriminação de gênero e à homofobia como objetivos, e em vários estados as escolas de ensino fundamental e médio são proibidas de tematizar sexo-gênero e sexualidade em sala de aula. Hoje querem que levemos a gravidez até o fim em qualquer circunstância, mesmo que ela resulte de estupro, porque, supostamente, nossos corpos não nos pertencem – pertencem ao mercado. Também querem que nossos corpos trabalhem até a última respiração – porque a lógica neoliberal determina que vivamos para trabalhar, em vez de trabalhar para viver. E se vivemos para trabalhar, os riscos à qualidade da nossa saúde mental daí advindos (como aqueles que acompanham as pressões por produtividade na academia, os prazos exíguos, a competitividade, as animosidades, a escassez de recursos e outros aborrecimentos da rotina acadêmica) passam a ser ‘coisas da vida’ (em vez de ‘coisas do trabalho!’), provações constantes nas quais os fortes se superam e os fracos sucumbem. Uma fantasia de autorregulação.

Não há nenhuma novidade em apontar as articulações entre política neoliberal e Estado de exceção. A atual crise política é exemplar dessa relação. Enquanto revia os artigos que compõem o dossiê para redigir esta apresentação, o reitor, a vice-reitora e outras pessoas do corpo técnico-administrativo da Universidade Federal de Minas Gerais foram levadas em condução coercitiva pela Polícia Federal com a desculpa de investigação de desvio de recursos no Memorial da Anistia, monumento à luta contra a repressão da Ditadura Militar no Brasil. Não podemos esquecer que a mesma Lava Jato, meses atrás, prendeu com estardalhaço o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, que se suicidou logo em seguida. Nem que o Ministério Público investiga núcleos de pesquisa financiados pelo CNPq. Ou que antropólogas e antropólogos, junto com lideranças indígenas e quilombolas, além de outros profissionais que atuam na defesa de populações tradicionais, foram indiciadas após relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Incra e Funai. Argumentos de parcialidade e falsidade ideológica nas pesquisas mascaram a percepção de que o exercício da profissão, e a produção de conhecimento nela implicada, pode gerar resultados contrários ao

¹ Universidade Federal de Pelotas, Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA-ICH), Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt-ICH). Rua Alberto Rosa, 154, sala 117, Porto-Pelotas/RS. CEP: 96010-770. E-mail: loredana.ribeiro@gmail.com.

agronegócio e à concentração de terras². Justificado pela falsa noção de que conhecimento legítimo é politicamente ‘neutro’, o Estado de exceção agora tem como alvo também a universidade. A universidade, essa instituição social ocidental que se concebe a si mesma como republicana, pública e laica desde a Revolução Francesa, hoje é pressionada pelo governo a se transformar em empresa, com a terceirização do ensino e da pesquisa e a supressão de direitos trabalhistas.

Uma avaliação pessimista e paralisante da atual conjuntura duvidaria da eficácia dessa e de qualquer outra discussão contra-hegemônica, porque os periódicos científicos logo serão censurados; porque logo não poderemos mais ser ativistas na academia com alguma liberdade; logo não poderemos falar de teorias subversivas de gênero e de não gênero na universidade; logo as universidades estarão sob intervenção do Estado; logo pesquisadoras/es não terão aceitos nenhum laudo em defesa de comunidades originárias e ancestrais; logo mais ninguém poderá defender impunemente que o conhecimento é público, contestável e (potencialmente) contestado; logo o Sci-Hub não mais resistirá online. No entanto, avaliações otimistas lembrarão que o anterior grande ressurgimento do feminismo no Brasil se deu justamente sob a Ditadura Militar; que as ideias e movimentos transgressores têm essa habilidade intrínseca de prosperar na crise e no conflito, na base do grito, da leitura e do passar de boca em boca (hoje também de *post* em *post*). Um dia o enfrentamento pleno e amplo ao heterossexismo, ao racismo, à transfobia, ao classismo, ao capacitismo e à meritocracia fará do mundo um lugar bom para viver pelo simples reconhecimento do direito de todas/es/os serem o que são. Os tempos estão tão difíceis, os ânimos tão exaltados e as disposições tão polarizadas, que a tomada de consciência e de posição é necessária. Os corpos insurgentes se instrumentalizam através da própria vivência e da troca, e esse é um momento de corpos em evidência – nos hospitais lotados, nos presídios lotados, nas filas por atendimento público, nas mobilizações de rua e mais. Também as universidades estão lotadas – e lotadas de gentes diferentes que não querem abandonar esse lugar uma vez que o ocupam. Mesmo experiências docentes menores como a minha permitem perceber a materialização da diferença – promovida pelo REUNI, pelo SISU e pela democratização da pós-graduação – nos corpos que nestes últimos anos povoam as salas de aula da Antropologia e da Arqueologia nas universidades públicas. Não é pouca coisa, não é pouca gente. Essa diferença em si favorece (des)encontros criativos com potência de aprendizado para discentes e docentes que, uma vez dosado de empatia, cria um ambiente de produção de conhecimento muito mais relacional, situado, afetado e realista do que aquele do pensamento hegemônico. Por todos esses motivos, numa avaliação otimista, o momento é propício para a crítica feminista (e a crítica *queer*, e a negra, e a indígena e a descolonial...) finalmente fincar raízes e pressionar esse muro invisível que separa e hierarquiza a arqueologia (as ciências em geral) sobre o resto da sociedade.

O presente dossiê da Revista de Arqueologia reúne diferentes abordagens que partem da crítica feminista para lidar com a evidência arqueológica com as narrativas e prática da disciplina. Alguns dos trabalhos aqui reunidos foram redigidos por convite, outros atenderam a chamada pública de artigos para o dossiê. Assim, o dossiê expressa uma diversidade de temas e problemas de interesse feminista cuja reflexão é conduzida por pessoas em diferentes fases de suas carreiras, desde estudantes de graduação à docentes institucionalizadas/os em universidades públicas e com distintas escolhas temáticas. Os contextos temporais, empíricos e conceituais são distintos, mas o

² Ver notas de repúdio da Associação Brasileira de Antropologia e da Sociedade de Arqueologia Brasileira nos portais das entidades e texto de denúncia de Edmilson Rodrigues, membro da CPI, na Carta Capital em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/relatorio-da-cpi-da-funai-e-incra-e-uma-compilacao-de-insanidades>.

conjunto de trabalhos coincide na defesa da necessidade de teorias e reflexões mais inclusivas, generosas e simetrizantes que possam, de fato, promover mudanças nas ciências que acompanham e se desdobram em transformações na vida social.

Considerando os avanços políticos do Estado de exceção iniciado no Brasil com o impeachment da presidenta Dilma, parece oportuno abrir um dossiê de Arqueologia e Crítica Feminista com uma discussão sobre misoginia e Ditadura. Jocyane Baretta usa a arquitetura de um centro de detenção no Rio Grande do Sul e relatos de ex-presas/os políticas para discutir a dinâmica repressiva brasileira em perspectiva feminista descolonial. Seu argumento se baseia no conceito de colonialidade do gênero para propor que a desumanização, a desidentificação e a objetificação das/os presas/os políticas/os podem ser melhor compreendidas quando considerada a misoginia do aparato repressor ditatorial que feminizava o inimigo interno e tratava de modo similar os corpos rebeldes de homens e mulheres.

Na sequência, e trilhando caminhos da militância na academia, Camila de Moraes Wichers se vale da crítica feminista, das teorias *queer* e descolonial para problematizar a herança colonialista e homogeneizante da arqueologia expressa em narrativas arqueológicas e museológicas. Discutindo os contornos das arqueologias de gênero e feminista, a autora destaca a importância do ativismo para essa última e propõe um engajamento consciente com a museologia, pensada como interface de socialização das narrativas arqueológicas, para a construção de discursos que, no lugar de fixar e reiterar, deslocam as identidades, normatizações e coerções frequentes nas narrativas arqueológicas convencionais.

O conceito de identidade e sua necessária desestabilização permeiam o dossiê. A crítica mais contundente, sem dúvidas, é oferecida pela teoria *queer*, para a qual o dimorfismo sexual e o binarismo de gênero são taxonomias construídas socialmente para fins políticos. Nessa linha, Fabiano Gontijo e Denise Schaan convidam à *queerização* da arqueologia brasileira num artigo extremamente útil, senão pela qualidade das reflexões, pela revisão da literatura arqueológica em língua inglesa e a vasta lista de referências bibliográficas que certamente será valiosa para pesquisas posteriores. De fato, a grande maioria dos artigos aqui publicados prima pelas revisões bibliográficas que descortinam um vasto e heterogêneo campo de crítica ao patriarcado, à normatividade e ao heterossexismo e racismo estruturais do ocidente; bibliografia ainda de pouca entrada na arqueologia brasileira. Se indagando sobre o lugar dos estudos de sexualidade na arqueologia, Fabiano Gontijo e Denise Schaan discutem as relações entre os estudos de gênero, os estudos de sexualidade, a crítica feminista e a teoria *queer*, e o fazem com vários apontamentos próprios à arqueologia e à antropologia, estabelecendo um proveitoso diálogo entre as áreas.

Luísa de Assis Roedel conduz suas investigações num cemitério de Belo Horizonte (MG), centrando-se particularmente no túmulo anônimo cuja lápide faz menção à Hercule Barbin, pessoa intersex francesa, cuja vida e suicídio foram temas de reflexão de Michael Foucault. Assumindo a corporalização do jazigo fúnebre, a autora problematiza as categorias sexo, gênero e corpo a partir das relações entre o corpo intersex e seu processo de medicalização. O anonimato do túmulo, exclusão de identidade promovida no momento do enterramento e sua invisibilidade atual em inventários de patrimônio e pesquisas acadêmicas são articulados pela autora como sintomáticas da permanência de relações de segregação do corpo intersex vivo.

Sexo, gênero e corpo são discutidos também no artigo de Renata Verdun da Silva Carmo e Denise Maria Cavalcante Gomes, desta vez, através da iconografia Moche. A crítica às interpretações arqueológicas tradicionais ancoradas em modelos eurocentrados de análise é acompanhada pelo estudo da iconografia indígena em

aproximação às cosmologias amazônicas, numa reflexão informada pelo perspectivismo ameríndio e por teorias feministas. Para compreender a diversidade de formas não imediatamente identificáveis como representações de homens e mulheres, as autoras buscam tratar essas imagens como expressão da fluidez dos corpos e sua capacidade de metamorfose. Nessa discussão, o corpo é matéria central para a produção contínua e mutável do gênero a partir de sua participação em relações sociais e perspectivas. Como as autoras discutem, os corpos metamorfoseados e generificados resultantes dessa produção contínua não cabem no modelo binário ocidental de sexo/gênero.

Frederic Pouget e Aline Carvalho discutem como, perversamente além da naturalização, a homofobia e a misoginia fecundam piadas e brincadeiras que supostamente visam a descontração e a interação em equipes de arqueologia. Buscando outras possibilidades de construir relações sociais e leituras de mundo, Frederic e Aline articulam a crítica feminista à etnografia das práticas científicas e à antropologia da ciência para exortar leituras feministas do fazer arqueológico tendo em vista a transformação dos hábitos cotidianos e das relações entre pessoas no fazer da disciplina.

No limite, todos os artigos estão preocupados com o ‘fazer arqueologia’, na medida em que, para a crítica feminista, a análise e exposição das suposições naturalizadas (hetero)sexistas e normativas que orientam o pensamento hegemônico têm efeitos em nossas vidas cotidianas e no campo da ciência. Ou seja, a autorreflexão e a tomada de consciência no que se refere ao estar e interagir no mundo facilitam a crítica e a proposição de modos alternativos de representar o passado. E vice-versa. Além de Frederic Pouget e Aline Carvalho, um grupo de autoras se preocupa especialmente em denunciar o sexismo corrente na arqueologia brasileira a partir de um importante sintoma do privilégio masculino na disciplina: os padrões citacionais.

As análises bibliométricas são uma importante ferramenta feminista de medição de privilégios na ciência. O chamado ‘teste do sexismo’ materializa a desigualdade de sexo-gênero em dados quantitativos, contrastando a frequência de homens e mulheres em determinado conjunto de dados para expor a assimetria em números e submetê-la ao escrutínio crítico. Vale destacar que o vício masculinista do padrão citacional característico das ciências, que invisibiliza autoras mulheres e repetitivamente destaca autores homens em seus referenciais teóricos, pouco afeta o conjunto de artigos desse dossiê. Aqui, a maioria das obras arroladas nas referências bibliográficas dos trabalhos é de autoras e, reforce-se, autoras não lidas pela maior parte das pessoas na arqueologia brasileira. Outro cuidado tomado neste dossiê foi de inserir os nomes próprios das pessoas citadas tanto no corpo do texto quanto na bibliografia. Por pequenas que possam parecer, questões de (in)visibilidade como essas são de fato práticas sutis de efeitos violentos originárias no sexismo estrutural. Quando reiteradamente nomeamos o pai (pelo sobrenome), reificamos o androcentrismo implícito da escrita científica e reforçamos algo que atua além da academia – o machismo linguístico que advoga pelo masculino neutro na língua e supõe que as escritoras possam ser pensadas como ‘os autores do texto’ sem prejuízos.

Caroline Fernandes Caromano, Meliam Viganó Gaspar, Ester Ribeiro Pereira, Márjorie do Nascimento Lima e Jaqueline Carou Felix de Lima analisam a bibliografia que compõe uma centena de artigos de autoras e autores do Brasil e outros países sobre arqueologia na Amazônia para medir a influência e o alcance de mulheres arqueólogas na produção de conhecimento. Apoiando-se em uma série de outros marcadores de produção e circulação de conhecimento, as autoras mostram como as mulheres que atuam na região, mesmo sendo mais numerosas e mais produtivas que os homens, são

menos citadas nos artigos científicos, num reflexo renitente da desigualdade de gênero que ainda impera no campo das ciências.

A reflexão de Lara Passos está situada no meio estudantil. A autora analisa as indicações bibliográficas de disciplinas de um curso de graduação em Antropologia e Arqueologia e evidencia como a equidade numérica entre homens e mulheres tanto no corpo docente quanto no corpo discente do curso não se expressa nas indicações de leitura onde autores homens ainda predominam. A discussão se expande para incluir os mecanismos de resistência e transformação que estão sendo propostos por estudantes da UFMG através da votação para escolha de disciplinas a serem ofertadas como optativas (em que gênero tem aparecido como um dos temas mais requisitados) e da criação de um Fórum de Diálogo que opera como mediador de relações entre discentes, docentes e técnicas/os e organiza rodas de conversa e debates periódicos sobre temas demandados por discentes da graduação e pós. Exemplares de formas coletivas de ativismo na academia, as ações estudantis na Antropologia e Arqueologia da UFMG são, de acordo com a autora, movimentações para “mudar o fluxo das informações e das ideias, o fluxo da própria formação da graduação”.

O texto de Fernanda Neubauer e Michael J. Schaefer se interessa em avaliar como a crítica feminista tem contribuído para instrumentalizar a visibilidade de grupos do passado sub-representados nos estudos arqueológicos, especialmente no que se refere a gênero, idade e status como marcadores de antigas identidades. O artigo chama a atenção para o fato de que a exploração do tema da identidade na pesquisa arqueológica está limitada não apenas pela qualidade e quantidade da evidência arqueológica e sua documentação, mas também pelos instrumentos teóricos disponíveis. Defendendo que as discussões mais sólidas sobre identidades são aquelas que abordam gênero, a revisão de Neubauer e Schaefer usa como exemplo os estudos das tangas Marajoara para refletir sobre vida social no passado, identidades e teoria feminista.

A discussão de Glaucia Malerba Sene também defende gênero como categoria heurística imprescindível à prática arqueológica. Apoiada em vasta bibliografia, a autora conduz sua reflexão teórico-metodológica, questionando como abordar temas como identidade, sexualidade e dicotomias a partir do mundo material. Gláucia Sene explora a abertura promovida pelos estudos de gênero, com o abandono da rígida e universal categoria ‘mulher’, para lidar com masculinidade e com os marcadores sociais transversais da diferença além do gênero, como raça, classe, sexualidade, idade etc.

Finalmente, o trabalho de Tais Pagoto Bélo versa sobre as normas e expectativas morais relacionadas às mulheres das sociedades antigas emaranhadas pelo Império Romano. Contrastando registros epigráficos, nos quais as mulheres mortas são idealizadas, e literatura antiga, na qual algumas mulheres podem ter suas ações nada subservientes descritas em tons pejorativos, a autora deslinda, através da cultura material, algumas das estratégias antigas de dominação e internalização de comportamentos femininos considerados adequados.

Aproveite a leitura!

AGRADECIMENTOS

A Andres Zarankin e Fernanda Codevilla Soares pelo convite para organizar este número temático e pela assistência ao longo dos últimos meses, às autoras e autores das contribuições aqui reunidas e às pessoas que generosamente compartilharam com elas suas reflexões e leituras críticas através de pareceres anônimos.